

## **SOUSA, JOÃO FRANCISCO PEREIRA DE**

\*rev. 1892; rev. 1893; rev. 1924; rev. 1930.

*João Francisco Pereira de Sousa* nasceu em Santana do Livramento (RS) no dia 12 de abril de 1866, filho de um “soldado-estancieiro” com propriedades nas duas bandas da linha divisória Brasil-Uruguai, e de Luísa Pereira de Sousa.

Sem haver frequentado qualquer escola, dedicou-se à vida militar, ingressando na Guarda Nacional. Filiou-se desde cedo ao Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), liderado por Júlio de Castilhos, que assumiu a presidência do estado em 15 de julho de 1891. Promovido a tenente em agosto desse ano, foi então designado para servir no 136º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional, incorporando-se no início de novembro à guarnição de Santana do Livramento.

Em fevereiro de 1892, 16 dirigentes do PRR, entre os quais José Pinheiro Machado e Manuel do Nascimento Vargas, pai de Getúlio Vargas, reuniram-se na cidade argentina de Monte Caseros para articular um movimento que restaurasse no poder Júlio de Castilhos, destituído por ocasião da renúncia (23/11/1891) de Deodoro da Fonseca, a quem era ligado. Assim, em 17 de junho de 1892, os republicanos, com o apoio da Brigada Militar de Porto Alegre, deram início ao golpe. Nesse mesmo dia, Júlio de Castilhos reassumiu a presidência do estado, enquanto o governo do visconde de Pelotas, que se recusou a aceitar a deposição, era transferido para o general João Nunes da Silva Tavares, barão de Itaqui, conhecido como Joca Tavares, comandante da guarnição de Bajé (RS). Ainda em 17 de junho, Castilhos nomeou Vitorino Monteiro vice-presidente do estado e renunciou. Para sustentar a posição de Vitorino, que estava ainda ameaçada, mobilizaram-se as forças republicanas para o ataque ao general Joca Tavares. Em 19 de junho, João Francisco comandou uma coluna no ataque a Livramento, aí recebendo seu batismo de fogo e sendo promovido a capitão no final do mês. No dia 22 de julho, com a capitulação dos federalistas em Bajé e a consolidação das posições republicanas no Rio Grande do Sul, João Francisco foi dispensado da ativa. Antes do final do ano Júlio de Castilhos foi mais uma vez eleito presidente do estado.

### **PARTICIPAÇÃO NA REVOLUÇÃO FEDERALISTA**

Entretanto, o afastamento de João Francisco pouco durou, já que em janeiro de 1893 foi ele nomeado comandante do 2º Contingente Auxiliar. Ainda nesse mês Júlio de Castilhos tomou posse, e um novo conflito armado teve início. Conhecido como Revolução Federalista, o movimento foi desencadeado quando um grupo de federalistas— que, após o golpe de Castilhos no ano anterior, se exilara em países vizinhos — cruzou a fronteira em direção a Bajé. Em 18 de fevereiro João Francisco participou do combate que assegurou aos republicanos o controle de Livramento e, no início de 1894, passou a integrar a Divisão Oeste, ficando encarregado do comando das forças avançadas da linha de frente.

Nomeado major em comissão em abril de 1894, como comandante do Corpo de Exploradores, e tenente-coronel em junho, João Francisco foi designado para comandar a Guarnição de Fronteira de Quaraí (RS) até Coxilha Negra (RS). Em abril de 1895, teve sua tarefa ampliada em virtude de sua designação para o comando das forças de observação na fronteira. Ainda naquele mês, o almirante Luís Filipe Saldanha da Gama — que, após participar da Revolta da Armada, unira-se no Sul às forças federalistas — transpôs o rio Quaraí e entrou no Rio Grande do Sul com um contingente de rebeldes da Marinha. Cerca de dois meses depois, o pelotão avançado da Divisão Oeste comandado por João Francisco localizou o acampamento de Saldanha. Valendo-se do fator surpresa, as tropas de João Francisco romperam facilmente as linhas inimigas, dispersando as forças de Saldanha da Gama, que morreu em 24 de junho de 1895 no que ficou conhecido como o combate de Campo Osório. Pouco depois, foi restabelecida a paz.

No início de 1896, João Francisco foi novamente afastado da ativa em virtude da dissolução do Corpo Auxiliar. Dias depois, entretanto, Júlio de Castilhos nomeou-o comandante do 2º Corpo Provisório de Cavaleiros, adido à Brigada Militar gaúcha.

#### PROBLEMAS DE FRONTEIRA E ATRITOS COM BORGES DE MEDEIROS

Assim, do final da década de 1890 até a de 1910, João Francisco dedicou-se ao comando do patrulhamento de fronteira, de extrema importância na política interna gaúcha devido às constantes tentativas de aliança dos federalistas com o Partido Colorado, do Uruguai, e dos republicanos com o Partido Blanco, também desse país. Nesse sentido, João Francisco atuou por diversas vezes como intermediário do governo gaúcho — tanto na gestão de Castilhos, que deixou a presidência do estado em 1898, quanto na de Antônio

Augusto Borges de Medeiros, que o governou de 1898 a 1908 — junto aos líderes brancos. Foi o que ocorreu, por exemplo, em 1896, quando estabeleceu um acordo com o uruguaio Aparício Saraiva, informando o governo gaúcho sobre a política interna uruguaia, sobre a possibilidade de empréstimos e até mesmo sobre contrabandos de armas. João Francisco atuou também como emissário de Castilhos nos municípios de Livramento e Quaraí, organizando e orientando os diretórios republicanos locais. Por outro lado, foram várias as incursões ao Uruguai por ele comandadas, com o objetivo de atemorizar os federalistas exilados naquele país.

Em 1901, João Francisco foi designado comandante da 32ª Brigada de Cavalaria da Guarda Nacional, sediada na comarca de Livramento. Devido à proximidade do arroio Cati, essa guarnição se tornaria conhecida com o nome de “Força do Cati”.

Após a morte de Castilhos, em 1903, tiveram início as divergências de João Francisco com alguns elementos do PRR, entre os quais José Antônio Flores da Cunha, que em 1905 publicou um manifesto contrário à sua atuação. Flores da Cunha acusaria ainda João Francisco de diversos crimes no livro *Perfídias de um bandido* (1911). Este, por seu lado, se defenderia das acusações publicando em 1934 *Noventa e três: acontecimentos que engendraram a luta de noventa e três e as consequências que acarretaram até o presente*.

Já em 1906, alegando a consolidação da paz no estado, João Francisco solicitou a Borges de Medeiros — que cumpria então seu segundo período consecutivo de governo — seu afastamento do comando da “Força do Cati”, mas esbarrou na recusa do presidente em atendê-lo. Dois anos depois insistiu no pedido, já que condicionara sua permanência ao término do mandato de Borges de Medeiros, em janeiro de 1908. Aguardou apenas a extinção oficial do 2º Corpo de Provisórios, efetuada ainda no início do governo de Carlos Barbosa Gonçalves, também do PRR, e passou a exercer a chefia política dos municípios de Quaraí e Livramento, que lhe fora confiada por Borges de Medeiros. Em janeiro de 1909, foi nomeado subchefe da 3ª Região Policial.

O ano de 1910 marcou o início de uma nova etapa na atuação de João Francisco, cujos irmãos Bernardini e Pedro foram assassinados e cuja família passou a sofrer perseguições por parte da justiça borgista. A partir de então, João Francisco dedicou-se quase exclusivamente à compra de terras e a negócios correlatos, restringindo sua atividade política à publicação de alguns artigos no jornal *O Debate* em 1916. Nesses textos,

manifestava sua divergência com Borges de Medeiros, que voltara a ocupar a presidência do estado desde 1912.

Em 1921, quando já residia na cidade paulista de Itaquera, João Francisco voltou a manifestar publicamente suas críticas a Borges de Medeiros, que apoiava a candidatura de Nilo Peçanha à presidência da República. Em carta aberta aos gaúchos, publicada em *O País*, João Francisco acusou Borges de traidor dos princípios defendidos por Júlio de Castilhos e Pinheiro Machado, já que a seu ver Nilo Peçanha fora um dos responsáveis pelo assassinato daquele último. Apesar de suas críticas a Borges de Medeiros, João Francisco não participou da Revolução de 1923, movimento federalista encabeçado por Joaquim Francisco de Assis Brasil.

### JOÃO FRANCISCO E O TENENTISMO

Em 1924, João Francisco voltou a desempenhar papel político mais concreto ao se envolver nas articulações do movimento tenentista de 5 de julho daquele ano, liderado em São Paulo pelo general Isidoro Dias Lopes. Teve atuação destacada no comando do setor da Mooca, na capital paulista, e foi atingido por diversos disparos durante o ataque governista desfechado no dia 26 de junho. Embora ferido, não abandonou o comando, tendo coordenado a defesa da zona ferroviária da estação norte e orientado a retirada das forças rebeldes com o auxílio de seu filho Júlio e dos genros Otaviano Gonçalves da Silveira e Arlindo de Oliveira, ambos tenentes da Força Pública de São Paulo.

Após o abandono da capital paulista pelas forças rebeldes, João Francisco assumiu em Bauru (SP) o comando do regimento de cavalaria que ali estava sendo reorganizado com elementos da Força Pública e reservistas do Exército. No mês de agosto, fracassou a tentativa dos revolucionários de tomar a localidade de Três Lagoas, primeira parte do plano geral de Isidoro Dias Lopes para a constituição do Estado Livre do Sul. Segundo Maria Cecília Forjaz, essa derrota foi decisiva para a alteração da estratégia revolucionária, na qual passou a prevalecer a orientação de João Francisco: a Divisão Paulista iniciaria a descida do rio Paraná em direção ao Sul, com o objetivo de tomar Guaíra (PR), onde tentaria resistir às investidas do governo e pôr-se em contato com elementos simpáticos à revolução no Rio Grande do Sul.

Assim, em fins de agosto, o escalão de vanguarda, sob o comando de João Francisco,

começou a descida do rio Paraná, ao longo do qual foram dominados vários postos avançados do governo. Para essa manobra, João Francisco contou com a colaboração de oficiais como Juarez Távora, Newton Estillac Leal e Néelson de Melo. Em 14 de setembro suas tropas controlaram a cidade de Guairá e apoderaram-se da ferrovia que a ligava a Porto Mendes (PR). Enquanto a maior parte das tropas permaneceu na região de Guaíra-Porto Mendes, aguardando a chegada de Isidoro e de seu estado-maior, um dos batalhões de João Francisco, sob o comando de Juarez, ocupou Foz do Iguaçu (PR).

No final de setembro, João Francisco procurou dar continuidade ao plano, entrando em contato com os gaúchos: no Rio Grande do Sul, a situação era favorável, estando os partidários de Assis Brasil prontos a se unirem aos militares num movimento armado contra o presidente estadual Borges de Medeiros e o presidente da República Artur Bernardes. Em virtude do adiantado estágio em que se encontravam as articulações, encabeçadas pelo capitão Luís Carlos Prestes, tornou-se necessário apenas ultimar certos detalhes. Desde o início de outubro, João Francisco avistou-se em Quaraí — e, posteriormente, em Foz do Iguaçu — com o ex-tenente Antônio de Siqueira Campos e com Anacleto Firpo, comunicando-lhes a necessidade da imediata abertura de uma frente no Sul.

Em 29 de outubro de 1924, eclodiu uma revolta no Rio Grande do Sul. Os rebeldes distribuíram um manifesto assinado por Isidoro Dias Lopes e oito “generais” revolucionários, entre os quais João Francisco, expondo os principais objetivos da revolução, como a limitação do poder do presidente da República, a reorganização do Judiciário, o voto secreto e o ensino obrigatório. Ao tomar conhecimento da eclosão do movimento, João Francisco abandonou Foz do Iguaçu, dirigindo-se, através de território argentino, para o Rio Grande do Sul. Entretanto, só chegou a Paso de los Libres, no Uruguai, após a tomada de Uruguaiana (RS) pelos legalistas. Nessa ocasião, compreendeu que as únicas forças rebeldes de alguma expressão no estado eram as que se encontravam sob o comando de Prestes.

Após uma rápida vitória ao longo das fronteiras gaúchas, João Francisco regressou a Foz do Iguaçu, o que irritou Isidoro, que esperava tê-lo no comando geral da divisão no Rio Grande do Sul. A partir de então, Isidoro acusou por diversas vezes João Francisco de se haver apropriado indevidamente dos fundos da revolução. Este, em janeiro de 1925, abandonou a luta alegando motivos de saúde — durante a marcha da Divisão Paulista,

contraíra febre palustre, além de infecções resultantes de ferimentos mal cicatrizados — e internou-se outra vez em território argentino. Posteriormente, com a queda de Catanduvás — que significou o malogro da linha de frente rebelde aberta do Paraná —, João Francisco fez, em manifesto datado de 2 de setembro de 1925, sérias acusações a Isidoro.

O envolvimento de João Francisco na Revolução de 1924 acarretou a perseguição a seus familiares: no Rio de Janeiro, um de seus filhos, ainda menor, foi preso, enquanto em São Paulo sua mulher e demais filhos sofreram prisão domiciliar. Somente após uma série de entendimentos com o general Fernando Setembrino de Carvalho, ministro da Guerra, é que se conseguiu a transferência de sua família para Santana do Livramento e, depois, para a Argentina, onde João Francisco se encontrava exilado.

Em 1928, João Francisco deslocou-se para o Uruguai, fixando-se em Pando. No ano seguinte, enviou para o *Diário da Noite*, de São Paulo, o artigo “Novo horizonte político”, no qual apoiava o possível acordo entre Assis Brasil e Getúlio Vargas, presidente do Rio Grande do Sul, acordo esse que, mais tarde, resultaria na formação da Frente Única Gaúcha, uma das bases da Aliança Liberal.

#### APOIO À REVOLUÇÃO DE 1930 E AO ESTADO NOVO

Após a derrota da Aliança Liberal nas eleições de março de 1930, tiveram início as articulações destinadas a deflagrar a revolução em vários pontos do país. Em 6 de outubro, três dias após a eclosão do movimento armado no Rio Grande do Sul, Vargas e Osvaldo Aranha autorizaram João Francisco a organizar uma divisão de cavalaria ligeira para operar na linha de frente, em conexão com o general Miguel Costa.

Logo depois da vitória da Revolução de 1930, João Francisco decidiu fixar-se em São Paulo. Em março de 1931, numa carta ao general Augusto Ximeno de Villeroy, veterano de 1924, afirmou discordar do programa político regional com base no qual estavam sendo criadas as legiões revolucionárias, que deveriam possuir caráter nacional. Considerava ainda necessária, caso tais legiões persistissem, a criação de um Partido Nacionalista, “centrifugista e semijacobino”.

Em 9 de julho do ano seguinte, eclodiu em São Paulo a Revolução Constitucionalista. Em agosto, circulavam boatos sobre uma insurreição que seria chefiada no Rio Grande do Sul por Raul Pilla e Borges de Medeiros. Nessa ocasião, João Francisco, que servia às forças

legalistas sediadas em Jaguariaíva (PR), denunciou ao governo a existência de certos elementos que, vindos da Brigada Militar gaúcha, preparavam um motim. Essa denúncia foi confirmada dias depois através de um comunicado do general Valdomiro Lima, comandante do Exército Sul, ao interventor gaúcho, José Antônio Flores da Cunha, informando que as tropas da Brigada Gaúcha estavam dispostas a não mais avançar, em obediência às ordens de Borges de Medeiros. Em setembro, um mês antes do término do conflito, João Francisco atuou no quartel-general das forças nacionais em operação no Oeste, localizado em Jacarezinho (PR).

Após a Revolução Constitucionalista, João Francisco afastou-se das atividades políticas. Foi promovido a tenente-coronel e transferido para a reserva em 28 de novembro de 1936. No ano seguinte, quando do golpe do Estado Novo (10/11/1937), manifestou a Getúlio Vargas e ao general Pedro Aurélio de Góis Monteiro, chefe do Estado-Maior do Exército, seu apoio à nova Constituição, segundo ele “verdadeiramente republicana, fundada sob o princípio do plebiscito que Simon Bolívar e Júlio de Castilhos... tanto se esforçaram por estabelecer na América”.

João Francisco faleceu na cidade de São Paulo em 4 de maio de 1953.

Era casado com Amália Osório Pereira, de quem teve 12 filhos.

Além da obra já citada, bem como de diversos artigos e manifestos, publicou alguns livros, entre os quais *A psicologia dos acontecimentos políticos sul-rio-grandenses* (1923) e *O livro da revolução redentora: 1930* (1931).

A seu respeito, além do livro de Flores da Cunha, publicaram-se uma série de artigos de Henrique Maximiano Coelho Neto, no *Correio da Manhã* de outubro a dezembro de 1907; o documentário *Coronel João Francisco: sua atuação na “Caçapava Packing House”* (1915) e *Cartas de Júlio de Castilhos a João Francisco* (1955).

O arquivo de João Francisco Pereira de Sousa encontra-se depositado no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc) da Fundação Getúlio Vargas.

*Regina da Luz Moreira*

FONTES: BORGES, V. *Getúlio*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; COUTINHO, A. *Brasil*

(1); *Estado de S. Paulo* (18/11/1971); LEME, M. *Ideologia*; OLIVEIRA, C. *Do CIESP; Personalidades; Quem é quem no Brasil*; SCHLESINGER, H. *Encic.; Who's who in Brazil* (1969).